



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8387 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

**PEDAGOGIA DO MST E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UMA IDEOLOGIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA**

Andrea Lucia Silva Lima - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Irineuda Monte Lopes - UECE - Universidade Estadual do Ceará

**PEDAGOGIA DO MST E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UMA IDEOLOGIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA**

## RESUMO

**Este o trabalho é uma contribuição acerca da contribuição da Pedagogia do Movimento Sem Terra (MST) para a construção da transição agroecológica dentro das Áreas de Reforma Agrária, a partir do Estudo de Caso do Assentamento Bernardo Marin II em Russas-CE, o qual é uma comunidade que contrapõe diretamente a lógica do agronegócio na região em que está inserido, no caso, o Vale do Jaguaribe no Ceará. São as práticas educativas desenvolvidas a partir de uma construção político ideológica que garante a formação e a continuidade desta comunidade de resistência.**

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a contribuição da Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no processo de transição agroecológica em áreas assentamentos rurais no Ceará. A modalidade de assentamento aqui tratado refere – se àqueles em que a conquista da terra se deu por meio de ocupação da terra.

A área em estudo tem uma característica peculiar no Estado, pois é fruto da disputa política e ideológica entre a agricultura camponesa e a agricultura empresarial. O assentamento agrega a concessão de uso de duas áreas, sendo uma de posse do INCRA com 2800 hectares, e outra com 240 ha pertencentes ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas, especificamente no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR), o qual é uma área definida pelo Estado, para o avanço do agronegócio da fruticultura.

As famílias que compõem o PA Bernardo Marin II em Russas-CE têm diferentes origens e culturas, com camponeses que viviam apenas da agricultura em terras alheias como meeiros, arrendatários; moradores de periferias que exerciam a agricultura em períodos

sazonais e no restante do tempo se ocupam em atividades não agrícolas como: empregados (as) domésticos (as), catadores, operários (as); agricultores – lenhadores, caçadores, pescadores, entre outras origens. No entanto com um objetivo comum estabelecer-se na terra conquistada, e garantir as condições necessárias para sua existência a partir do desenvolvimento das atividades agropecuárias e extrativistas.

Este não seria um processo fácil, afinal, foram longos anos de investidas das classes dominantes para (des)culturar indígenas, agricultores familiares, quilombolas, desqualificando seus modos de vida e costumes. O “inimigo” estava do lado com seu rastro de morte e destruição, com o uso de intensivo de insumos químicos e tecnificação de suas áreas de cultivo. Mesmo diante isto, a Comunidade de Resistência Bernardo Marín II, foi ao longo de sua história se consolidando como um espaço de enfrentamento ao agronegócio na região e no Estado, com a concretização de experiências produtivas no âmbito da agroecologia, do cooperativismo, da organização coletiva.

Neste contexto surgem as seguintes indagações, as quais se interligam: De que forma o MST media as ações de ensino/aprendizagem em suas práticas educativas para a compreensão dos projetos em disputa no campo brasileiro e a necessidade de fazer a defesa pela agroecologia?

Para realização do trabalho foi realizadas rodas de conversas com os coordenadores dos núcleos de família e coletivos de trabalho do assentamento, tendo como eixo o modo de produzir antes e depois da ocupação da terra. Para Mélo *et al.* (2007), as rodas de conversa priorizam discussões em torno de uma temática comum e, que a partir do diálogo, propiciará através do diálogo, assim dentro de um processo dialógico, permite que os sujeitos participantes da pesquisas apresentem suas elaborações, mesmo contraditórias, sendo que cada pessoa instiga a outra a falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Na perspectiva freiriana considera-se que a educação em sua perspectiva verdadeira, tem como papel humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo, assim acredita-se que pela *práxis* é possível gerar mudanças significativas para os camponeses e para o campo.

A Pedagogia do Movimento, termo tratado por Caldart (2012), toma o processo formativo do sujeito Sem Terra para além de si mesmo e como objeto da pedagogia, entendida aqui como teoria e prática da formação humana, reencontrando-se com sua questão originária. Nessa perspectiva que ao ocorrer da ocupação da terra, busca-se a construção de um lugar diferenciado, de relações diferenciadas, que primem por valores como a solidariedade, a partilha, o companheirismo, a reciprocidade, enfim, valores que levam a uma sociedade mais justa e igualitária.

E esta busca por criar uma comunidade que difere dos valores capitalistas é uma condição necessária para contrapor e enfrentar as opressões sofridas por estes sistemas contra partir de então as que vinham de diferentes procedências se inseriam no acampamento e passavam a constituir uma nova comunidade, com uma nova característica a de resistência (LIMA, 2016). A autora acrescenta ainda que é essa pedagogia construída afirmando os movimentos sociais como um lugar, como um modo específico que vem contribuindo para a resistência de diversos assentamentos da Reforma Agrária.

As ações desenvolvidas na perspectiva de criar uma mística diferenciada nas comunidades variam desde a entonação de hinos, músicas, costumes, e valores. Desde o início da Comunidade de Resistência Bernardo Marin II, as famílias eram animadas pela mística, trazida por diferentes canções, como esta acima, que tem intencionalidade de despertar no camponês o entendimento acerca das diferentes ações e posições do MST enquanto movimento político.

O setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST (2006) apresenta cinco eixos prioritários para o trabalho nas áreas de acampamentos e assentamentos, as quais são pensadas “em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias, além de acumulo de forças para construção de uma nova ordem política, econômica e social, que seja justa, fraterna e igualitária para todos e todas.” Nesse sentido o trabalho militante deve contemplar: 1 – Incentivo a produção de comida em vista da segurança alimentar e da soberana alimentar de nosso povo; 2 – Organicidade; 3 – A organização da Cooperação Agrícola; A organização e luta para promover melhorias sociais nos assentamentos; O enfrentamento ao modelo agrícola do agronegócio e a construção da agroecologia. (Caderno de Cooperação nº 5,p.7).

O referido setor é responsável de cuidar da produção, industrialização e comercialização nos assentamentos e acampamentos, e dentre suas tarefas estão organizar formas de cooperação, formar lideranças para atuar na gestão e gerenciamento da administração do assentamento, estimular o desenvolvimento da agroecologia a partir do incentivo o uso de técnicas e alternativas de transição agroecológica, cuidar do embelezamento, do zelo e bem estar do ambiente das comunidades, desenvolver novos valores nas relações sociais com a natureza, estimular a participação de homens, mulheres e jovens no processo produtivo, formas de cooperação agrícola, entre outras.

Neste contexto para atingir os objetivos propostos pelo MST, faz-se necessário à realização de um trabalho político ideológico, de formação, uma vez que ao virem para a reforma agrária, os sujeitos chegam de diferentes origens e formas de trabalho. A proposta apresentada pelo MST é de desenvolver uma produção diferenciada do modelo dominante que permita uma mudança no modo de vida dos camponeses. E assim, ocorrem diferentes embates e enfrentamentos, pois muitos destes sujeitos trazem em sua trajetória histórica, impregnada diversos valores advindos do modelo dominante, como o individualismo, uma vez que dentro da racionalidade da sociedade, “os sujeitos individualmente são responsáveis pelo sua própria ascensão social”.

O trabalho e a apropriação dos meios de produção, coletivos ou individuais, possuem um conteúdo político – ideológico que implica na produção e reprodução da consciência dos trabalhadores. Produzir significa também produzir consciência (FABRINI E MARCOS, 2010. p.110). E acrescenta que o MST entendeu que a produção camponesa deveria ser superada para não se reproduzir uma consciência individualista e privatista entre os assentados.

Como afirmação disto, ao chegar no acampamento, as famílias são estimuladas ao desenvolvimentos de práticas coletivas. No caso do assentamento Bernardo Marin II, as famílias foram orientadas a realizarem o cultivo coletivo de feijão e milho, diversificado com hortaliças, sendo algo relatado com muito entusiasmo na memória dos camponeses do assentamento como um momento de grande aprendizagem, partilha, trabalho coletivo.

De acordo com a organicidade do MST, ao chegar e se estabilizar o acampamento, procede-se a instalação da área coletiva por diferentes questões, a primeira por ser um ensaio a coletividade, depois para garantir e incentivar a produção de alimentos saudáveis de forma diversificada e com respeito ao ambiente, e por ultimo para fortalecer a resistência. A primeira resistência à coletividade é a adaptação, pois até então, muitos tem a dificuldade de

acreditar no trabalho do outro.

As figuras 1 e 2 retratam a realização do preparo da área, e a preparação para o plantio da referida área, ainda em coletivo, no segundo ano, no caso em 2006. É importante observar que a atividade já englobava as relações de gênero, o que característico em assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

**Figura 1: Preparo de área de vazante coletiva.**



**Fonte: Cassundé, 2006.**

Desta atividade produtiva e coletiva das famílias no acampamento teve-se uma boa produção, mas ou menos 30 mil quilos de feijão. Após esta atividade, teve-se animo para o desenvolvimento de outra atividade coletiva, desta fez a “apanha da castanha”, onde juntos colheram 23 mil quilos. Ambas as atividades fazem parte da memória cultural dos sujeitos que vivenciaram este processo.

Durante a fase de acampamento as famílias moravam em barracos de lona ou taipa, e posterior cada família a habitar um cômodo das casas sede; os meios de produção eram reduzidos, basicamente eram constituídos pelas poucas ferramentas que alguns dos acampados traziam consigo; as tarefas que desenvolviam eram com um baixo grau de capitalização monetária, os trabalhos que desenvolviam eram coletivamente.

A pedagogia do MST traz consigo a necessidade de pensar como integrar os princípios do MST, como os conhecimentos advindos pelos camponeses que fazem parte do processo de luta pela terra. E como diz Caldart (2012), Essa experiência humana de participação em um movimento social como o MST produz aprendizados coletivos que, aos poucos, se conformam em cultura, naquele sentido de jeito de ser, de hábitos, de posturas de convicções, de valores, de expressões de vida social produzida em movimento e que já

extrapolam os limites deste grupo social específico. Isso não quer dizer que todas as pessoas que vivenciam essas ações coletivas aprendam a mesma coisa da mesma maneira. (...) Cada sem – terra aprende do seu jeito e no seu ritmo, empurrado pelas circunstâncias que forçam essa consciência da necessidade de aprender (CALDART,2012). Mas essa diversidade não nos impede de identificar os aprendizados que são produtos da vivência coletiva no processo de construção do MST. Há um modo de ser Sem Terra que se compreende como tendência de ser das pessoas que fazem parte do Movimento, embora seus traços possam não estar presentes, todos eles, em cada uma delas, ainda que tenham coletivamente ajudado a produzi-los.

“A cooperação agrícola é estimulada pelo MST como forma de manutenção dos assentados na terra e uma necessidade para o fortalecimento das lutas” (FABRINI, 2010). Assim se no acampamento a primeira tarefa é se organizar e produzir coletivamente para abastecer o consumo e subsistência, como forma de aprendizagem a vivência em comunidade, no assentamento é necessário o desenvolvimento de atividades produtivas como forma de garantir a permanência das famílias pelo provimento de emprego e renda, a partir do desenvolvimento da produção com os recursos disponíveis.

Neste contexto, uma das primeiras formas geracional de renda no assentamento é a formação dos coletivos de trabalho, que mantêm como algo místico, e que geralmente iniciam ocorrendo uma vez por semana, depois passam para intervalos de quinze dias ou meses, e em alguns casos, passa para anos ou até deixam de acontecer, o que já representa o declínio do assentamento.

Fica claro que a ação do MST, baseadas em seus princípios, repercute na mudança das concepções ideológicas dos sujeitos que assumem a identidade *Sem Terra do MST*, identidade esta assumida pelos camponeses e pelas camponesas que compunham a Comunidade de Resistência Bernardo Marín II, e adotam como necessidade para suas práticas produtivas a adoção da transição agroecológica e das práticas de cooperação.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST tem um papel fundamental neste processo, pois atua no cultivo de valores como a coletividade, a direção coletiva, a reciprocidade, a partir de um processo de (re) produção do campesinato, e de resgate da cultura camponesa. Neste contexto estimula-se o desenvolvimento da agroecologia em processo de transição, que busca intercalar os conhecimentos advindos dos antepassados, á técnicas advindas pelo avanço tecnológico, de modo a estimular aos sujeitos envolvidos assumirem uma identidade que lhes é própria e coletiva.

Na atualidade enfatiza-se a importância e o papel do MST na construção de experiências de caráter organizativo e produtivo, que vão desde o resgate das sementes como patrimônio da humanidade a serviço dos camponeses, a diversidade produtiva, a defesa da agroecologia, a participação popular. E acima de tudo a construção da autonomia que os tornam sujeitos de suas histórias e vidas.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento: Sem terra*. 4. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 443 p.

FABRINI, João Edmilson. O campesinato frente a expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves dos. *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Cap. 11. P. 55-88.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. *Conflitos Territoriais entre o Campesinato e o Agronegócio Latifundiário*. São Paulo: Outras Expressões, 2014. 144 p. (Geografia em Movimento).

LIMA, A.L.S.L. *Diversidade Produtiva no Assentamento Bernardo Marin II em Russas-CE: passos na transição agroecológica e na (re)produção camponesa.* / Andréa Lúcia Silva Lima – 2016.84fl.

PEDRO IVAN CHRISTOFFOLI (São Paulo). *Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Org.)*. “A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária”: *Caderno Agrícola*. São Paulo, 2004. 96 p. (11).